

Working Paper n.º 54/2016**As relações civis-militares e a tomada de decisão de política externa - subsídios para um modelo conceptual****29 | Janeiro | 2016**

Carlos Alberto Lopes Ramos Batalha, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)

PALAVRAS-CHAVE: Tomada de decisão de política externa, relações civis-militares, regime não democrático, teoria poliheurística.

KEYWORDS: *Foreign policy decision making, civil-military relations, non-democratic regime, poliheuristic theory.*

Resumo

O estudo das relações civis-militares refere-se, de forma lata, à análise das tensões existentes entre os militares, o Governo e a população de determinado Estado. No âmbito destas relações, o controlo civil afigura-se como uma das suas dimensões que, dependendo da tipologia e grau de controlo exercido pelos líderes políticos, permite uma maior ou menor atitude intervencionista dos militares na política de um Estado. A tomada de decisão de política externa, sendo um processo cujas dinâmicas dependem não só das características da unidade de decisão, mais igualmente do ambiente decisório, estará naturalmente condicionada pelas relações civis-militares, cujos atributos influenciarão a capacidade intervencionista dos militares e, conseqüentemente, o produto final do processo. Com este artigo pretendemos propor um modelo de análise capaz de apreender as dinâmicas de influência das relações civis-militares, relativamente ao processo de tomada de decisão de política externa, modelo este ancorado, por um lado, nos mecanismos de controlo governamental e, por outro, no intervencionismo político do corpo de oficiais.

O objetivo principal deste artigo é o de gizir um modelo de análise a empregar em estudos de tomada de decisão de política externa em regimes autoritários. Tal modelo pretende-se capaz de incorporar, não só as dinâmicas do sistema internacional, mas igualmente dimensões referentes às tensões internas entre diversos grupos sociais, especificamente as conseqüentes das relações civis-militares, bem como traços de personalidade da unidade de decisão impositiva¹.

As relações civis-militares correspondem, lato sensu, às relações “entre os militares de um Estado, as instituições e a população que servem, especialmente como comunicam, como interagem e como se regula a sua ligação. Do mesmo modo, o controlo civil significa o grau de controlo que os líderes políticos utilizam para exercer a sua autoridade sobre as Forças Armadas” (Barroso, 2013, p. 170). Neste sentido e ao focar-se nas relações civis-militares, a nossa investigação irá centrar-se precisamente no hífen entre as duas palavras, ou seja, pressupõe a análise das “condições, circunstâncias, papéis e oportunidades sob as quais a relação hifenizada cria líderes militares politicamente significativos e relevantes” (Perlmutter, 1977, p. 17).

Encontrando-se este breve estudo inserido numa investigação relativa ao Estado Novo e fruto da necessária simplificação do modelo a criar, delimitaremos o mesmo a regimes não democráticos de cariz autoritário. Tal delimitação baseia-se no trabalho de referência de Linz (2000) e onde o foco principal da classificação se situa mais na forma de governação, nomeadamente nos níveis e métodos de controlo, e menos em quem governa (Brooker, 2009, p. 17). Com base nesta mesma dicotomia teórica ao nível de regimes não democráticos, não só Linz (2000, pp. 12, 53), mas também António Costa Pinto (1996) e Philippe Schmitter (1979; 1999) caracterizam o regime português como autoritário.

O modelo de análise a desenvolver deverá permitir acolher, do ponto de vista teórico, o equilíbrio entre o controlo político dos militares versus o intervencionismo destes na política. A decisão de política externa será assim resultante de um processo decisório, mas influenciado por estas tensões, as quais pretendemos avaliar em duas dimensões distintas: (i) na dimensão de controlo político e para o qual iremos empregar o modelo de Hood (2007); e (ii) na dimensão do intervencionismo, para o qual, com base no modelo teórico de Samuel Finer (1967), subdividiremos em fatores motivacionais e de oportunidade.

Contudo, e antes de prosseguir, devemos definir o conceito de “intervenção militar na política” (ou “intervencionismo”, o qual tomaremos como sinónimo), para desambiguá-lo com outras utilizações da terminologia. No campo das teorias dos regimes militares, Samuel Finer possui uma das obras mais importantes (Brooker, 2009, p. 32), pelo que iremos adotar a sua definição de intervencionismo: “(...) A substituição constrangida pelas forças armadas das suas própria políticas e/ou pessoas, no lugar daquelas das autoridades civis reconhecidas” (1967, p. 23), assumindo-se este como um espetro de modalidades de ação política com quatro níveis: influência, chantagem, deslocação e suplantação (1967, pp. 86-87). Os dois primeiros níveis de ação visam, sobretudo, a alteração de políticas. Os dois últimos, mais extremos, visam a substituição de governos ou regimes. Tendo em consideração que o objeto do nosso estudo é o impacto do intervencionismo na tomada de decisão (e não a substituição das autoridades civis), apenas nos iremos focalizar nos dois primeiros níveis de ação.

¹ Ator (grupo ou indivíduo) que, independentemente das estruturas e processos internos de tomada de decisão dos Estados, detém a capacidade, por um lado, de alocar os recursos desse mesmo Estado em assuntos de política externa e, por outro e cumulativamente, encontra-se investido ou possui o poder suficiente para impedir que outras unidades internas possam reverter, em tempo útil, as suas decisões (Hermann, 2001, pp. 56-57).

Segundo Rousseau, “ceder perante a força é um acto necessário e não voluntário; quando muito será prudente. [sic]” (2010, p. 20), pelo que teremos de considerar o intervencionismo militar como um jugo político compulsivo e condicionador da ação governamental. No entanto, não se verificando uma intervenção política endémica por parte dos militares, quais as condições que o tornam mais propício? E, mais importante, como se reflete este intervencionismo ao nível das opções políticas dos Estados, nomeadamente na cena internacional? Não sendo objetivo deste breve artigo responder às questões elencadas, cuja complexidade do tema não o permite, pretendemos contudo contribuir para aprofundar da teoria da tomada de decisão de política externa, especificamente quando enformada pelas relações civis-militares.

Snyder et al. (1954) conceptualizaram, pela primeira vez, o papel da tomada de decisão na formulação da política externa dos Estados e nos processos relacionados com a política internacional. A partir do trabalho destes autores, a tomada de decisão passou a ser teorizada como um nível de análise distinto no âmbito das relações internacionais, sobretudo ao nível dos modelos burocráticos, de pensamento de grupo e das abordagens cognitivas (Hagan, 2001, p. 5). Contudo, consideramos que existe uma lacuna na literatura referente à teorização da tomada de decisão de política externa e prende-se com a incorporação, num modelo teórico, da resultante dos processos associados às relações civis-militares, especificamente em regimes não democráticos, a qual consideramos ser fundamental para a apreensão das escolhas políticas destes regimes.

Na primeira secção iremos explorar a teoria de unidades de decisão política de Margaret Hermann, contextualizando-a relativamente ao processo de tomada de decisão de política externa de regimes autoritários.

Na segunda secção iremos empregar o constructo teórico de Finer no sentido de incorporar a influência das relações civis-militares no processo de tomada de decisão de política externa de líderes predominantes, esquematizando no final o modelo desenvolvido.

Concluimos que as dinâmicas decisórias, no âmbito de regimes autoritários, para além de dependentes dos traços de personalidade do líder predominante, encontram-se igualmente dependentes de três conjuntos de variáveis intervenientes, nomeadamente ao nível dos fatores motivacionais dos militares para influenciar as políticas governamentais, da oportunidade que se lhes apresenta para poderem materializar tal influência e, por fim, ao nível dos instrumentos de controlo dos militares, implementados pelo governo para mitigar as probabilidades do intervencionismo. ~

1. A tomada de decisão e as Relações Internacionais

O Estado, composto por território, povo e poder político, configura-se como a unidade básica do sistema internacional, sob a qual as comunidades sociais se unificam, se submetem voluntariamente ao direito, vinculando governantes e governados. Do ponto de vista conceptual, os fins do Estado são a segurança, justiça e bem-estar da comunidade, sendo que os mesmos se verificam cumulativos, isto é, somente poderemos conceber um cumprimento integral das funções do Estado na medida em que os três fins sejam conjugadamente prosseguidos e alcançados (Carvalho, 2010, pp. 56-59). Tais fins, subjetivos por natureza, são perseguidos ao nível das políticas internas e externas, porquanto as primeiras somente são concretizáveis se o Estado garantir a sua sobrevivência no sistema político internacional.

Neste sentido como poderemos analisar as opções de política externa dos Estados? Interessará conhecer os processos de tomada de decisão ou somente as condicionantes e enquadrantes destes processos? Tais questões colocam-nos imediatamente no dilema do nível de análise a adotar, centrado não somente no número de níveis a considerar, mas também na identificação daquele que, substantivamente, mais contribui para o output do processo de tomada de decisão de política externa. O tema não é consensual, nem sequer se verifica uma total concordância nas diferentes posições epistemológicas. Arnold Wolfers (1962, pp. 3-24) propõe dois níveis de análise, Kenneth Waltz (2001) três níveis, e Robert Jervis (1976, p. 15) propõe quatro. A escolha do número de níveis a considerar não pode ser arbitrária, nem tão pouco o deve ser a definição daquele onde iremos focar a nossa análise, ou seja, o nível que consideramos estar na génese do fenómeno associado às opções de política externa dos Estados.

As teorias sistémicas, com visões determinísticas das relações internacionais, tendem a perder poder explanatório das dinâmicas da política internacional de pequenas potências e são limitadas na análise do sistema internacional quando entendido como um todo, iminentemente complexo e dinâmico, e onde mesmo pequenas divergências podem produzir divergências significativas nas expectativas comportamentais. Tais abordagens, nomeadamente o neorealismo, tendem a considerar os Estados como monolíticos, cujas preferências são ditadas pela distribuição de poder no sistema internacional, anárquico por princípio, seguindo padrões de conflito e cooperação e explicadas pela teoria da utilidade esperada², na qual assenta o modelo racional da tomada de decisão. Contudo, por força da necessária simplificação teórica e ao reduzir os fatores causais das dinâmicas sistémicas a uma simples variável (o poder), tais abordagens tendem a somente considerar interações entre aqueles Estados com maior valor relativo desta variável. Efetivamente, Mearsheimer refere que a análise neorrealista somente “incide sobre as grandes potências” por considerar que “estes Estados têm mais impacto naquilo que acontece na política internacional” (2001, p. 15) e, por esta razão, Waltz considerava que as relações internacionais “(...) são necessariamente um sistema de pequenos números” (2011, p. 264).

No entanto, as abordagens mecanicistas ao comportamento estatal tendem a desvalorizar o facto que não é a estes, enquanto entidades abstratas e inconscientes, que compete a tomada de decisão, mas às elites governativas, as quais definem e selecionam as políticas estatais. Assim, ao apenas considerar como agentes da política internacional os Estados, “(...) movendo-se ou sendo movidos como um conjunto de figuras de xadrez num jogo altamente abstrato, poderemos perder de vista os seres humanos para quem e por quem esse jogo é suposto ser jogado” (Wolfers, 1962, p. 3), pelo que na realidade “somente os humanos são agentes nas relações internacionais” (Hudson, 2014, pp. 10-11), sendo as suas decisões e atos considerados, para todos os efeitos, decisões e atos oficiais do Estado. Como resultado da seleção do nível de análise do indivíduo, enquanto verdadeiro modelador das dinâmicas internacionais, e ao ficarmos a nosso estudo nos processos relacionados com a tomada de decisão de política externa, teremos necessariamente de considerar a pertinência das ideias, das narrativas e das construções sociais, bases das identidades e com as quais as comunidades de reveêm, agindo em conformidade com as mesmas.

Neste sentido, abordaremos as seleções políticas dos Estados como resultado de um processo iminentemente psicológico das elites governativas, considerando como tal que “a ação do Estado é a ação levada a cabo por aqueles que agem em nome do Estado” (Snyder, et al., 1969, p. 202). Tal abordagem resulta da evidência de que nem todos os Estados se comportam de forma semelhante perante as

² Para teoria da utilidade esperada ver (Von Neumann & Morgenstern, 1953)

mesmas situações externas, bem como as alterações comportamentais dos Estados, face a essas mesmas situações, não são passíveis de explicação somente com recurso às suas características internas e das suas estruturas políticas ou como resultado de processos relacionados com rotinas e interesses das burocracias estatais. Na realidade, a conceptualização do Estado enquanto ator principal do sistema político internacional e ao qual lhe são atribuídas qualidades de decisão, remonta ao período pós-napoleónico e veio substituir a anterior visão, refletida nas narrativas históricas e centrada no papel do príncipe ou monarca como verdadeiros diretores dos eventos mundiais (decisão centrada no indivíduo) (Wolfers, 1962, p. 4).

Bueno de Mesquita refere que “a seleção de guerra e paz é uma escolha iniciada, conduzida e concluída por líderes individuais... A escolha de guerra e paz depende das escolhas de indivíduos e não da compulsão das circunstâncias” (1981, p. 5), pelo que uma abordagem do comportamento dos Estados centrada nas elites governativas tenderá a encontrar força argumentativa detalhada para cada estudo de caso. Tal individualização narrativa dos acontecimentos explica-se porquanto cada indivíduo, enquanto decisor político mas igualmente ser humano, possui imagens do reais construídas com base nas suas interações sociais, esquemas culturais próprios e processos cognitivos exclusivos, para não mencionar que não são perfeitos e, como tal, cometem erros específicos e particulares que eventualmente não são passíveis de replicação. Esta mesma realidade é apreendida por Stoessinger o qual, numa análise da conflitualidade violenta desde o início do Século XX, identifica as personalidades e os erros de perceção das lideranças como a principal causa da eclosão de guerras, podendo manifestar-se em quatro domínios: na imagem que o líder tem de si mesmo; no carácter que o líder atribui ao adversário; nas intenções que o líder considera que o seu adversário possui, relativamente a si; e, finalmente, na visão que o líder possui do poder e capacidades do seu adversário (2011, pp. 402-411).

Tais erros perceptivos, identificado por Stoessinger, não podem ser analisados e explicados no nível de análise sistémico, porquanto englobam não só eventuais erros de informação, mas, mais importante, erros cognitivos derivados de heurísticas e preconceitos, somente analisáveis no nível de análise do indivíduo (liderança política), mas o qual possui como influências enquadrantes os ambientes externo e interno do Estado (Mintz & DeRouen, 2010; Hermann, 2001; Nye, 2011; Cashman, 2014), bem como variáveis motivacionais individuais, como o sejam a perpetuação no poder (Bueno de Mesquita, et al., 2003, pp. 8-9).

Contudo, como Joseph Nye refere, tal como “Os sistemas não são a única forma de explicar o que acontece na política internacional” também as “explicações ao nível do indivíduo raramente são suficientes” (2011, p. 40), porquanto o modelo teórico a adotar deve abranger todas as dimensões da tomada de decisão: as lideranças, o ambiente interno e externo. No fundo, conjugando num só modelo os três níveis de causalidade ou “imagens” identificados por Kenneth Waltz (2011): o indivíduo (enquanto unidade de decisão), o Estado (cuja estrutura interna irá enformar o processo de decisão) e o Sistema Internacional (de onde surgirá o problema de política externa).

a. Teoria das unidades de decisão política

Os Estados soberanos possuem estruturas internas que detêm a capacidade de decisão e atuação em nome destes. Estas estruturas governativas podem articular-se de diversas formas e exercer a sua autoridade através de um conjunto diverso de entidades, dependente do tipo de regime do Estado. Não obstante, e de acordo com o modelo adotado como referência (ver figura 1), as unidades de decisão

política dos Estados podem ser classificadas, independentemente do respetivo regime ou particularidades organizativas, em três tipos principais: o líder predominante, o grupo singular e a coligação de atores autónomos (Hermann, 2001, p. 47).

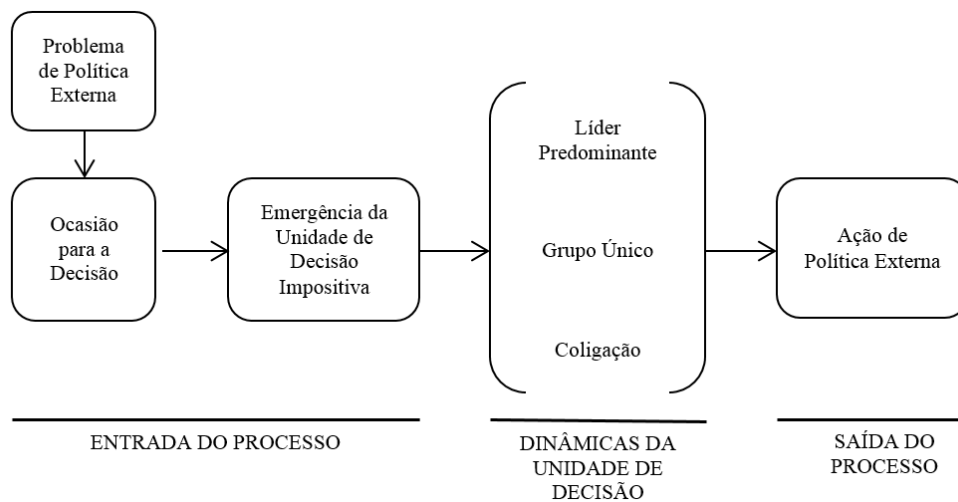


Figura 1 - Modelo do processo de tomada de decisão de política externa (Hermann, 2001, p. 52)

Um problema de política externa, originador do processo decisório, caracteriza-se pela perceção de uma discrepância entre as condições no sistema internacional e as expectativas face às mesmas (Hermann, 2001, p. 53). Tal problema encontra-se, contudo, inserido num determinado ambiente cujas características irão afetar as estratégias e as escolhas dos líderes políticos (Kahneman & Tversky, 1981). O stress, a incerteza, a familiaridade com o problema em questão, a perceção do risco e de ameaças e a responsabilidade da ação são características do ambiente decisório que influenciam as escolhas (Mintz & DeRouen, 2010, p. 25).

O Estado Novo, formalmente criado aquando da aprovação da constituição corporativista de 1933, pretendeu criar em Portugal o primeiro estado corporativo de cariz autoritário³ do mundo (Payne, 1980, pp. 157-158), fortemente inspirado na doutrina social da Igreja Católica, em particular a encíclica *Quadragesimo Anno*, a qual influenciará fortemente o texto da constituição (Derrick, 1939, p. 63). Muito embora Lucena estabeleça um paralelismo estrutural entre o Estado Novo e o regime de Mussolini, ao referir o regime português como “um fascismo sem movimento fascista” (1976, p. 23), deixa igualmente subjacente a existência de diferenças significativas entre os dois regimes. Não obstante essa aparente dicotomia, que consideramos suficiente para a diferenciação dos regimes português e italiano, o Estado Novo possui alguns paralelismos estruturais com o regime de Mussolini nomeadamente: (i) um ditador que funcionava como primeiro ministro, mas que não era chefe de Estado; (ii) uma estrutura económica corporativa e uma Câmara Corporativa; (iii) uma polícia de Estado autoritária; (iv) uma organização política burocrática, não revolucionária e não autónoma; (v) autonomia semipluralista em setores influentes da sociedade e (vi) uma visão imperialista das relações externas”

³ No regime autoritário o poder é tipicamente exercido por um líder ou, ocasionalmente, por um pequeno grupo, dentro de limites formalmente mal definidos, mas previsíveis (Brooker, 2009, p. 26; Linz, 2000, p. 159).

(Payne, 1980, p. 159). Independentemente da sua estrutura, importa reter o locus do poder e da decisão política do Estado Novo, o qual sempre esteve centrado no ditador e no governo e nunca se encontrou secundarizado relativamente ao partido único (Pinto, 2002, p. 164)

Tendo em consideração a caracterização estrutural do Estado Novo, iremos adotar como base conceptual o modelo de tomada de decisão de política externa de líder predominante de Margaret Hermann porquanto o mesmo é aplicável quando “os regimes possuem um indivíduo na sua liderança investido com a autoridade – por via constitucional, legal ou prática geral – para empregar ou reter os recursos do governo no respeitante a assuntos de política externa” (2001, p. 84) ou quando se verifique a existência “de um indivíduo que possui o controlo das várias formas de coerção disponíveis na sociedade e, como resultado disso, detém poder sobre os demais”, como sejam os casos de “ditaduras e regimes autoritários” (2001, pp. 58-59). Tal modelo deve, no entanto, ser devidamente desambiguado da tipologia de regimes de governação pessoal⁴, sendo a sua seleção somente fruto das dinâmicas dos processos de tomada de decisão de política externa e, como tal, passível de aplicação quer a democracias, quer a regimes não democráticos (Hermann, 2001, p. 49).

b. O líder predominante no processo de tomada de decisão

A definição do problema de política externa resulta não só do acesso que os decisores têm à informação, mas igualmente da forma como esta é adquirida, processada e enquadrada. Assim, a análise do ambiente e a identificação da unidade de decisão impositiva são fundamentais para o mapeamento dos processos e dinâmicas da tomada de decisão, sem os quais não é exequível a apreensão do método de cálculo decisório (Snyder, et al., 1969, pp. 202-203).

As limitações cognitivas humanas impedem-nos de conceber a tomada de decisão de política externa como resultado de escolhas e processos puramente racionais e objetivos. Um modelo de decisão racional, holístico por natureza, assume que o decisor político considera toda a informação existente e elaborar uma extensiva comparação das várias modalidades de ação possíveis (Mintz & DeRouen, 2010, p. 32). Contudo, em problemas complexos, “o número de alternativas que ele [decisor] tem de explorar é tão grande, a informação que necessita avaliar tão vasta, que mesmo uma aproximação a uma racionalidade objetiva é difícil de conceber. As escolhas individuais têm lugar num ambiente de “suposições” (...)” (Simon, 1997, p. 92). O próprio Morgenthau admitia que “os elementos contingenciais da personalidade, do preconceito e das preferências subjetivas, e de todas as fraquezas do intelecto e da vontade, de que a carne é herdeira, estão destinados a defletir a política externa do seu curso racional” (1978, p. 7).

Assim, a caracterização da personalidade dos líderes predominantes auxilia a compreensão das suas escolhas, bem como permite a apreensão do próprio processo de decisão em si (Mintz & DeRouen, 2010, p. 115). Os traços de personalidade, entendidos como um “modelo individual de integração de processos de perceção, memória, julgamento, busca de objetivos e expressão emocional e regulação” (Winter, 2003, p. 110), influenciam diretamente a avaliação das opções, através das preferências dos mesmos e a forma como interpretam e reagem a símbolos e emoções. As suas experiências, expectativas e objetivos definem e distorcem o que é apreendido pelos sentidos e as inferências retiradas, sob a forma de julgamentos (McGraw, 2006, p. 136).

⁴ Para sistemas de governação pessoal ver (Linz, 2000).

Até agora debruçámo-nos no processo de tomada de decisão, ou seja, na forma sistemática como um indivíduo, face a um problema, analisa as modalidades de ação disponíveis e decide qual delas pretende implementar. Contudo e conforme vimos anteriormente, existem contextualizações e enquadramentos da tomada de decisão, nomeadamente de cariz interno, que convêm considerar, porquanto influenciam não só a seleção das opções, mas igualmente as escolhas das unidades de decisão.

2. Tomada de decisão de política externa e relações civis-militares

Sendo a política uma “actividade humana de tipo competitivo que tem por objecto a conquista, a manutenção e o exercício do poder no âmbito da sociedade [sic]” (Carvalho, 2010, p. 15), os atores políticos tenderão a focar a sua ação nos dois primeiros objetos, sendo o exercício do poder não mais que a conduta política compatível com o desejo de perpetuação dos seus mandatos. Ou seja, “As políticas por detrás da sobrevivência no cargo são, no nosso entender, a essência da política. O desejo de sobrevivência motiva a seleção das políticas e a alocação de benefícios; enforma a seleção das instituições políticas e os objetivos da política externa (...)” (Bueno de Mesquita, et al., 2003, pp. 8-9).

Independentemente da tipologia de regime, a perpetuação no cargo, somente é passível de ser garantida com o apoio de outros atores, os quais se podem dividir em três grupos: (i) o seletorado⁵ nominal, ou intermutáveis, que corresponde ao grupo de pessoas que tem algo a dizer na escolha do líder (ex. o universo de indivíduos elegíveis para votar); (ii) o seletorado real, também referido como influentes e que consiste no grupo que elege o líder (ex. o conjunto de indivíduos que votam na prática); e (iii) a coligação vitoriosa⁶, ou essenciais, que corresponde ao grupo cujo apoio garante a sobrevivência no cargo e cuja fidelidade deve ser preservada (Bueno de Mesquita & Smith, 2011, pp. 29-33). As políticas são assim moldadas pela composição destes três grupos, cujas dimensões irão afetar, de forma positiva ou negativa, os limites a que os líderes estarão sujeitos.

Assim, em regimes não democráticos, onde tipicamente a dimensão do grupo de essenciais é pequeno, o líder tende a garantir a sua lealdade através de pagamentos, favores pessoais ou cargos proeminentes na estrutura do Estado. Nesta tipologia de regime, os militares são parte integrante dos essenciais, ao terem a dupla função de proteger o líder de rivais internos e o Estado (e o regime) das ameaças externas (Bueno de Mesquita & Smith, 2011, p. 226). Ao partilharem o poder político com os civis “(...) os líderes militares encontram-se numa posição privilegiada para exercer pressão política sobre os políticos e, assim, as incidências de contestação de controlo poderão ser empiricamente mais comuns” (Brooks, 2007, p. 107).

Face ao exposto e sobretudo em regimes autoritários, os militares configuram-se como um grupo dual ora como defensores do Estado (contra ameaças internas e externas), mas igualmente como ameaças diretas ao governo, enquanto possuidores de capacidades coercivas extremas. Assim, e sobretudo quando o controlo civil não é eficaz, os militares tenderão a moldar as opções políticas estatais em conformidade com os seus interesses, por via da ameaça de deposição ou suplantação. Contudo, mesmo quando esta atitude de pressão direta não é exercida de facto a simples consciencialização, por parte das elites políticas, dessa possibilidade, tenderá à produção de receios (fundados ou não) e, com eles, de heurísticas influenciadoras do processo de tomada de decisão.

⁵ Tradução livre do original “selectorate”.

⁶ Tradução livre do original “winning coalition”.

a. Teoria poliheurística

A teoria poliheurística⁷, de Alex Mintz, postula que o processo de decisão dos líderes políticos possui dois níveis sequenciais: (i) numa primeira fase rejeitando modalidades de ação inaceitáveis ao nível de determinada dimensão considerada crítica, ou seja, empregando atalhos cognitivos (heurísticas); e (ii), numa segunda fase, selecionando de entre as alternativas “aceitáveis” aquela que proporciona uma maximização de ganhos e minimização de riscos, basicamente um processo racional (Mintz & DeRouen, 2010, pp. 79-80; Mintz, 2004, pp. 6-7).

A teoria poliheurística considera a política doméstica como a verdadeira essência da decisão de cariz externo, uma vez que é com base naquela que são construídas as heurísticas que “filtram” as modalidades de ação no primeiro nível de decisão. Para Bueno de Mesquita (2003; 2011) e para Mintz e DeRouen (2010) a principal heurística empregue pelos decisores políticos prende-se com a garantia do status quo interno do Estado. Assim, e uma vez que os “decisores políticos são atores políticos cujo autointeresse na sua sobrevivência política é primordial” (Mintz & DeRouen, 2010, p. 79), estes tenderão a excluir, a priori, qualquer alternativa que apresente eventuais riscos políticos elevados, isto é, que possa ser considerada como inaceitável para a audiência doméstica relevante (essenciais), mesmo que tais opções possuam potenciais benefícios noutras dimensões.

Contudo, existem outras condicionantes que podem igualmente influenciar o primeiro nível de decisão não compensatório, nomeadamente quando o decisor se encontra perante um ambiente caracterizado pela incerteza e onde é necessário assumir premissas de base probabilística. Nestes casos, onde o acesso a todos os elementos de apoio à decisão não é possível ou simplesmente não existem, os humanos tendem a efetuar julgamentos com base em heurísticas as quais, embora eficazes e económicas em termos de pensamento, levam a erros e desvios sistemáticos e previsíveis (Kahneman & Tversky, 1974, pp. 3-20). Adicionalmente, em ambientes de risco (como é o caso da política externa), os modelos racionais têm-se demonstrado incapazes de prever eficazmente as preferências humanas, verificando-se mesmo violações sistemáticas dos postulados da teoria da utilidade esperada (Kahneman & Tversky, 1979, pp. 263-272; Kahneman & Tversky, 1986, pp. 251-270). A teoria do prospecto, empiricamente suportada, fornece uma alternativa teórica relativamente ao processo de tomada de decisão em ambientes de risco e coerente com o comportamento humano. Este modelo assume que os indivíduos são avessos ao risco, quando estão num domínio de ganhos e favoráveis a assumir posições de risco quando estão no domínio de perdas (“perdido por 100, perdido por 1.000”, como diz o ditado popular) (Kahneman & Tversky, 1979). Assim, a forma como o problema é apresentando ou enquadrado perante o decisor (se no domínio de ganho ou perda) influencia drasticamente o resultado final das suas escolhas.

b. Os militares e o poder político - proposta para um modelo de análise

“Não discordem um com o outro, enriqueçam os soldados, desprezem todos os outros!”.
Lucis Septimius Severus, 211d.C.

⁷ A teoria poliheurística, inicialmente proposta por Mintz no âmbito de regimes democráticos, é igualmente aplicável a regimes não democráticos (Kinne, 2005).

Conforme o termo “pretorianismo”⁸ sugere, a ingerência dos militares nos assuntos políticos possui antecedentes remotos. Se, por um lado, os militares são e sempre foram um instrumento fundamental no que concerne à criação e manutenção de comunidades sociais, por outro, a história também demonstra que o seu inerente poder de coerção foi instrumentalizado no sentido do intervencionismo político (Finer, 1967, pp. 140-163), esperando “conquistar, pelas armas, a influência política e a consideração individual que os outros lhe negam” (Tocqueville, 2010, p. 1158).

Na tentativa de compreender o fenómeno do moderno intervencionismo militar, Samuel Finer desenvolve aquele que consideramos ser o quadro conceptual mais abrangente e exaustivo (Brooker, 2009, p. 84), não se limitando a uma visão centrada num tipo específico de regime. Para este autor, o intervencionismo militar verifica-se de forma bidimensional, pela via da ação direta contra o poder político, mas igualmente pela inação, ou omissão, quando o contrário é solicitado pelas elites governativas ou as circunstâncias o exigem. Independentemente da forma, ambas as modalidades de intervenção pressupõem a aplicação de constrangimentos conscientes às elites governativas (1967, p. 23), permitindo aos militares “extorquirem” o Estado por via da ameaça, sem recorrerem à tomada de poder (2009, pp. 92-93).

No entanto, para que se verifique uma intervenção dos militares na política, estes terão necessariamente de possuir duas condições essenciais: a oportunidade e a motivação (Brooker, 2009, pp. 86-99). Contudo, quer a oportunidade quer a motivação não se afiguram como variáveis per se, mas antes como um conjunto de fatores cuja influência processual irá depender de um conjunto de variáveis intervenientes e as quais maximizarão ou mitigarão cada um destes dois fatores.

No âmbito da motivação para a intervenção existem variáveis intervenientes que a potenciam e outras que a inibem. A autoimagem messiânica dos militares, a sua visão e interpretação do interesse nacional e os seus interesses sociais, corporativos e individuais, configuram-se como variáveis habilitadores do intervencionismo (Finer, 1967, pp. 32-60). Por outro lado, o reconhecimento da supremacia e submissão ao poder civil (inerente à profissionalização das forças armadas), o receio da sua própria politização e a apreensão relativamente ao um eventual insucesso da ingerência política são variáveis inibidoras do intervencionismo militar (Finer, 1967, pp. 23-32).

A oportunidade para o intervencionismo verifica-se muitas vezes extrínseca aos intervenientes e depende essencialmente de duas variáveis intervenientes. Por um lado, duma anormal e necessária dependência das elites governativas civis relativamente aos militares, podendo esta ter origens securitárias ou de génese técnica, como seja durante operações militares. E, por outro, de circunstâncias que promovam a popularidade e prestígio dos militares perante a sociedade civil (circunstâncias que podem ser exógenas ao Estado ou controlo dos militares, mas igualmente fomentadas por estes). A oportunidade é maximizada quando ambas as situações coincidem no momento (Finer, 1967, pp. 72-85). Não obstante a existência, mesmo que cumulativa, dos fatores referidos, existe uma variável interveniente que impede, ou pelo menos mitiga seriamente, o intervencionismo direto no campo da oportunidade: a legitimidade⁹. Jean-Jacques Rousseau referia “nunca o forte é bastante forte para se manter sempre

⁸ Pretorianismo consiste na intervenção crónica dos militares nos assuntos políticos ou o exercício da política por parte dos militares (Brooker, 2009, p. 32). Perlmuter (1977) identifica o pretorianismo como uma das três possíveis orientações organizacionais dos militares relativamente à ordem política do Estado.

⁹ A legitimidade consiste na “presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos”, permitindo ao poder político transformar “a obediência em adesão” (Bobbio, et al., 1998, p. 679).

como senhor, se não converter a força em direito e a obediência em dever” (2010, p. 19), sendo o direito legítimo para governar um fator preponderante dessa conversão. Ao obter o poder pelo uso ou ameaça do uso da força, os militares apenas garantem o acesso imediato à governação, mas não a sua manutenção, porque “se a força faz o direito, com a causa muda o efeito e toda a força que se imponha à primeira substitui o direito que dela resulta” (Rousseau, 2010, p. 20), donde decorre uma contínua necessidade de se garantir ser o mais forte, por forma a dissuadir ou derrotar possíveis pretendentes. Por contraste, quando um governo é legítimo, tal variável configura-se como inibidora do intervencionismo político na medida em que o habilita a mobilizar mais facilmente o apoio popular e fazer lograr manobras intervencionistas (Perlmutter, 1977, p. 34). Por este facto, a par das intervenções militares, verificam-se sempre manifestos ou proclamações que as pretendem justificar e legitimar junto da população (Serra & Matos, 1982). Não obstante a legitimidade (ou falta da mesma) ser uma das fragilidades do sucesso do intervencionismo, também esta variável poderá ser geradora da oportunidade para que o mesmo ocorra, nomeadamente se o governo não a possui (Brooker, 2009, pp. 120-121). No âmbito da legitimidade para a governação, o modelo proposto por Samuel Finer, estabelece quatro níveis de tipologia de intervenção das elites militares nas políticas governamentais, relacionando-os com a própria maturidade da cultura política da sociedade a que aludem. Neste modelo, a tipologia do intervencionismo militar encontra igualmente correlação com os métodos por estes empregues para modelar o panorama político, conforme observável na figura 2.

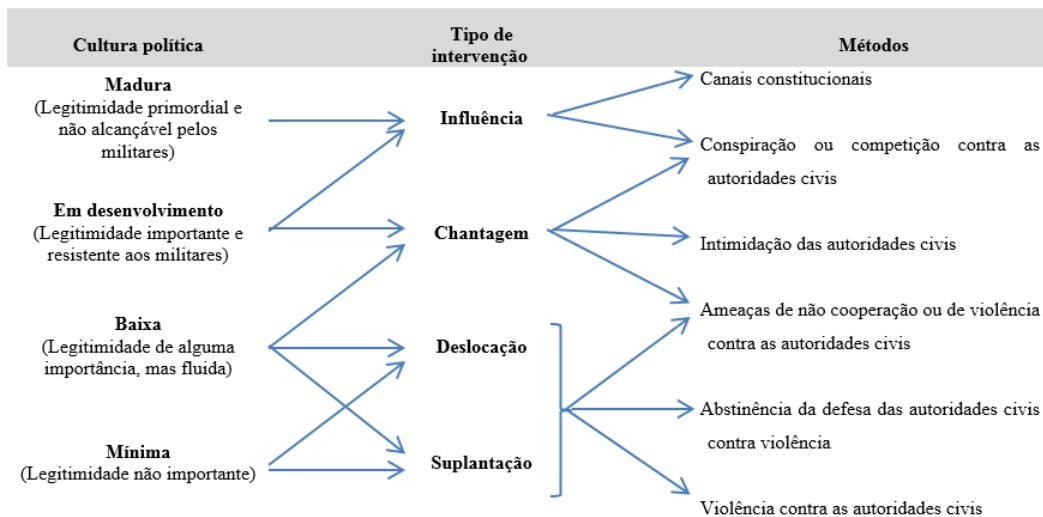


Figura 2 – Cultura política da sociedade e intervencionismo militar (adaptado de (Finer, 1967, pp. 136-140)

Tendo em consideração que o objeto do nosso estudo é a influência das relações civis-militares no processo de tomada de decisão, apenas nos iremos focar na tipologia de influência e chantagem, porquanto estas visam somente a alteração de políticas governamentais. Já a deslocação e suplantação, visando a substituição das unidades de decisão, não serão consideradas.

Contudo, este modelo verifica-se limitado no que concerne à identificação concreta das variáveis habilitadoras do intervencionismo, ou seja, na quantificação, ainda que abstrata, da aptidão genética dos militares em alterar as políticas estatais.

No âmbito do nosso modelo, iremos considerar a capacidade de controlo das autoridades civis sobre os militares, como inversamente proporcional à sua aptidão intervencionista. Ou seja, perante um controlo civil “positivo” as probabilidades de intervencionismo são mitigadas, mesmo quando existam outros fatores potenciadores. Quando o controlo é “negativo” as portas do intervencionismo ficam abertas, bastando que os militares possuam disposição e a oportunidade.

A mitigação do intervencionismo edifica-se por via de mecanismos de controlo governamental os quais, atuando em diversas dimensões, tentam limitar a motivação e a capacidade de ingerência política dos militares. Christopher Hood (2007, pp. 3-11) elaborou um modelo teórico de controlo governamental sustentado em quatro recursos governamentais, que se configurarão como variáveis intervenientes no nosso modelo e que capacitam os governos com as necessárias ferramentas de controlo: nodalidade¹⁰, autoridade¹¹, tesouro¹² e organização¹³ (sintetizado no acrónimo “NATO”). Embora o emprego, combinado ou isolado, destes recursos promova a capacidade do governo no controlo dos militares, a efetiva esterilidade política destes encontra-se mais relacionada como as variáveis ao nível motivacional.

Elaborado o constructo teórico do intervencionismo militar, quer ao nível das tipologias, quer dos fatores habilitadores e inibidores, cumpre-nos agora relacioná-lo com o processo de tomada de decisão de política externa. Tal interface, a estabelecer entre a unidade de decisão e os militares, será baseada em torno das relações civis-militares, as quais iremos considerar a dois níveis: a direta e a indireta. A primeira centrar-se-á na influência e chantagem dos militares sobre as autoridades civis, no sentido de alteração das políticas estatais. A segunda, mais subtil e eventualmente mais abstrata, tentará aferir até que ponto as relações civis-militares serão geradoras de heurísticas, na unidade de decisão, influenciadoras do processo de tomada de decisão.

Desenvolvido e detalhado o constructo teórico e sistematizadas as relações causais entre as diversas variáveis, compete-nos apresentar graficamente o modelo de análise proposto (figura 3), elaborado com base no quadro teórico das unidades de decisão de Margaret Hermann, mas incorporando as alterações necessárias de forma a acomodar as dinâmicas e tensões sociais decorrentes das relações civis-militares.

¹⁰ Propriedade de estar no centro da informação ou rede social.

¹¹ Posse oficial de poder, ou seja, da capacidade de impor a vontade.

¹² Posse de qualquer bem fungível e com o qual pode adquirir bens, serviços e influenciar outros atores.

¹³ Posse de recursos humanos e materiais dispostos de forma a permitir a ação direta do governo sobre o grupo social que pretende controlar.

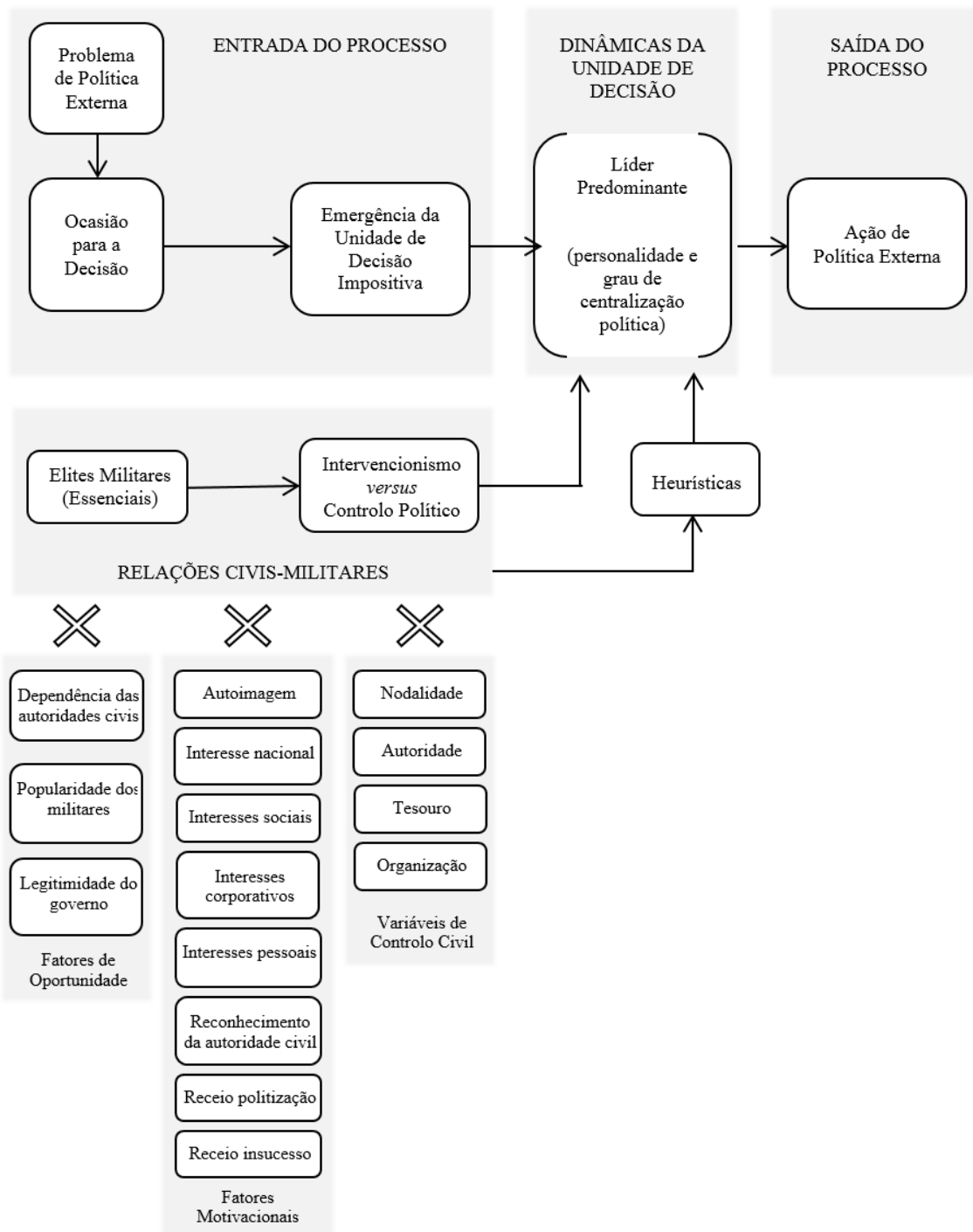


Figura 3 – Modelo de análise da influência das relações civis-militares no processo de tomada de decisão de política externa

Conclusões

Analisar a política externa de um Estado autoritário, como o Estado Novo, sem olhar para as tensões sociais entre o governo e os militares configura-se a priori reducionista da complexidade do próprio processo de tomada de decisão desta tipologia de regimes. Efetivamente, qualquer ação política na arena internacional resulta, não só de um julgamento entre as expectativas relativamente ao ambiente externo e as perceções que se possuem do mesmo, mas sobretudo de um processo de tomada de decisão cuja complexidade ultrapassa a circunscrição ao ditador. Mesmo que tal circunscrição fosse uma necessidade por via da simplificação analítica do processo de tomada de decisão, a não consideração das relações civis-militares implicaria a exclusão daquelas que são as heurísticas mais significativas na fase não compensatória da decisão e que se encontram associadas com a própria sobrevivência no cargo.

Assim, se por um lado as abordagens teóricas sistémicas das relações internacionais perdem abrangência explanatória das dinâmicas associadas a pequenas potências, também análises processuais focadas somente na unidade de decisão impositiva tendem, por via da simplificação, a focarem-se somente nas dinâmicas processuais e características psíquicas do decisor, não tendo em consideração as tensões sociais internas do Estado. O grau e extensão das tensões associadas às relações civis-militares, por colocar diretamente em causa a permanência no cargo do ditador, irão influenciar direta e/ou indiretamente a qualidade e quantidade de decisão política dos regimes autoritários, consistindo assim num verdadeiro jugo à ação governativa. Neste contexto, influências, intervenções e contestações de poder decorrentes destas relações, serão não só modeladoras diretas da tomada de decisão política, mas igualmente geradoras de heurísticas com efeitos indiretos no processo decisório, configurando-se de forma dual como variáveis intervenientes das dinâmicas da unidade de decisão impositiva.

No entanto, para que fique comprometida a desejável relação de controlo do governo sobre os militares, conferindo-lhes relevância no âmbito do processo de tomada de decisão de política externa, terão de verificar-se as condições necessárias que motivem o intervencionismo, por um lado e, por outro, terá de existir a oportunidade da sua materialização. Assim, as probabilidades de intervenção serão máximas quando se verificar a existência cumulativa das variáveis associadas aos fatores motivacionais e de oportunidade e mínimas quando as mesmas não se verificarem de forma significativa.

Paralelamente às tensões civis-militares influenciadoras do processo de tomada de decisão, teremos de considerar a contra-ação governativa no sentido de promover a esterilização política das elites militares. Por via da implementação de diversos recursos de controlo, nomeadamente ao nível da centralização da informação e interpenetração hierárquica, imposição de autoridade, controlo orçamental e organização, o governo promove o domínio da relação com os militares, mitigando o papel político destes e, conseqüentemente, aumentando a sua liberdade de ação. No entanto, ao aturarem por via da mitigação da liberdade de ação e capacidades dos militares, esses mecanismos de controlo podem igualmente condicionar a sua eficácia na missão de proteger o Estado e o governo de ameaças externas e internas. Complementarmente aos mecanismos de controlo, a elite governativa pode garantir a lealdade do corpo de oficiais através de pagamentos diretos e favores pessoais, ou pela atribuição a estes de posições prestigiantes na estrutura do Estado, incrementando a sua interdependência e, por esta via, criando uma relação simbiótica inibidora do intervencionismo.

Contudo, o facto do intervencionismo não se verificar não é prova da total eficácia dos mecanismos de controlo. Na verdade, a simples inexistência de uma motivação ou oportunidade, que pode ser extrínsecas à atividade governativa, é fator inibidor da intervenção militar na política, pelo que as

autoridades civis não poderão creditar a esterilidade política dos militares somente no controlo que (eventualmente) detêm sobre os mesmos. Neste sentido, a constante preocupação em não criar as condições de oportunidade e motivação ao intervencionismo, irá materializar-se na forma de heurísticas que irão condicionar as decisões de política externa, influenciando indiretamente a tomada de decisão de forma paralela ao intervencionismo direto.

O modelo ora gizado e graficamente esquematizado na secção anterior, para além de abarcar, do ponto de vista processual, a tomada de decisão de política externa de unidades de decisão impositiva do tipo líder preponderante, compreende igualmente o impacto, nesse processo, das relações civis-militares numa perspectiva multidimensional configurando-se inovador nesse aspeto particular. Embora de difícil mensuração, a simples identificação das variáveis intervenientes nas tensões entre o governo e militares, influenciadoras do processo decisório de política externa, permitirá uma pesquisa mais abrangente dos factos históricos, possibilitando análises revisionistas dos racionais por detrás das decisões de política externa do Estado Novo ou, no mínimo, mais abrangentes e compreensivas.

Não obstante, mais do que apresentarmos um modelo final para avaliação do impacto das relações civis-militares no processo de tomada de decisão de política externa de Estados autoritários, pretendemos com este ensaio abrir a discussão numa área das Relações Internacionais ainda pouco aprofundada e, com ela, incrementar a consistência teórica de suporte a esta e outras investigações similares.

Bibliografia

- Barroso, L., 2013. As relações civis-militares e o controlo do uso da força. Uma perspetiva clausewitziana. Em: F. P. Garcia & A. P. Lousada, edits. *Da história militar e da estratégia*. Lisboa: Exército Português, pp. 167-180.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G., 1998. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- Brooker, P., 2009. *Non-Democratic Regimes*. 2ª ed. New York: Palgrave MacMillan.
- Brooks, R. A., 2007. Civil-Military Relations and Military Effectiveness: Egypt in the 1967 and 1973 Wars. Em: R. A. Brooks & E. A. Stanley, edits. *Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press, pp. 106-135.
- Bueno de Mesquita, B., 1981. *The war trap*. New Haven: University of Michigan Press.
- Bueno de Mesquita, B. & Smith, A., 2011. *The dictator's handbook - Why bad behavior is almost always good politics*. Kindle ed. New York: Public Affairs.
- Bueno de Mesquita, B., Smith, A., Siverson, R. M. & Morrow, J. D., 2003. *The logic of political survival*. 1ª ed. Massachusetts: The MIT Press.
- Carvalho, M. P. d., 2010. *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*. 3ª ed. Lisboa: Quid Juris? - Sociedade Editora, Lda.
- Cashman, G., 2014. *What Causes War - An Introduction to Theories of International Conflict*. 2ª ed. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Derrick, M., 1939. *The Portugal of Salazar*. New York: Campton Books, Ltd.
- Finer, S. E., 1967. *The Man on Horseback - The Tole of Military in Politics*. London: Pall Mall Press Limited.
- Hagan, J. D., 2001. Does Decision Making Matter? Systemic Assumptions vs. Historical Reality in International Relations Theory. *International Studies Review*, Vol. 3(Leaders, Groups, and Coalitions: Understanding the People and Processes in Foreign Policymaking), pp. 5-46.

- Hermann, M. G., 2001. How Decision Units Shape Foreign Policy: a theoretical framework. *International Studies Review*, Vol. 3(Leaders, Groups, and Coalitions:Understanding the People and Processes in Foreign Policymaking), pp. 47-82.
- Hermann, M. G., Preston, T., Korany, B. & Shaw, T. M., 2001. Who Leads Matters: The Effects of Powerful Individuals. *International Studies Review*, Vol. 3(Leaders, Groups, and Coalitions:Understanding the People and Processes in Foreign Policymaking), pp. 83-131.
- Hood, C. C. & Margetts, H. Z., 2007. *The tools of government in the digital age*. London: Palgrave Macmillan.
- Hudson, V. H., 2014. *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Huntington, S. P., 1985. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press.
- Janowitz, M., 1960. *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. New York: Free Press.
- Jervis, R., 1976. *Perception and misperception in international politics*. New Jersey: Princeton University Press.
- Kahneman, D. & Tversky, A., 1974. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science*, Vol. 185(Nº 4157), pp. 1124-1131.
- Kahneman, D. & Tversky, A., 1979. Prospect Theory: an Analysis of Decision Under Risk. *Econometria*, Volume 47, Nº2, pp. 263-292.
- Kahneman, D. & Tversky, A., 1981. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. *Science*, 211(4481), pp. 453-458.
- Linz, J. J., 2000. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Lucena, M. d., 1976. *A evolução do sistema corporativo português (Vol. I - O salazarismo)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- McGraw, K. M., 2006. Why and How Psychology Matters. Em: R. E. Goodin & C. Tilly, edits. *The Oxford Handbook of Political Contextual Analysis*. New York: Oxford University Press, pp. 131-156.

- Mearsheimer, J. J., 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. 1ª ed. New York: Norton.
- Mesquita, B. B. d., Smith, A., Siverson, R. M. & Morrow, J. D., 2003. *The Logic of political survival*. Cambridge: The MIT Press.
- Mintz, A. & DeRouen, K., 2010. *Understanding Foreign Policy Decision Making*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morgenthau, H. J., 1978. *Politics among Nations - the struggle for power and peace*. 5ª ed. New York: Alfred A. Knopf.
- Nye, J. S., 2011. *Compreender os conflitos internacionais - uma introdução à teoria e à história*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Payne, S. G., 1980. *Fascism - Comparison and Definition*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Perlmutter, A., 1977. *The Military and Politics in Modern Times*. New York: The Vail-Ballou Press.
- Pinto, A. C., 1996. *Salazar's dictatorship and European fascism: Problems of interpretation*. New York: Social Science Monographs.
- Pinto, A. C., 2002. Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo. *Penélope*, Volume Nº26, pp. 161-186.
- Rousseau, J.-J., 2010. *O Contrato Social*. Oeiras: Editorial Presença, Lda.
- Serra, J. B. & Matos, L. S. d., 1982. Intervenções militares na vida política. *Análise Social*, Volume XVIII, pp. 1165-1195.
- Simon, H., 1997. *Administrative Behaviour: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organizations*. 4ª ed. New York: The Free Press.
- Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B., 1954. *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*, Princeton: Princeton University.
- Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B., 1969. The Decision-Making Approach to the Study of International Politics. Em: *Decision-making and Decision-Makers*. New York: Free Press, pp. 199-206.
- Stoessinger, J. G., 2011. *Why Nations Go to War*. 11ª ed. Boston: Wadsworth, Cengage Learning.

- Tocqueville, A. d., 2010. *Democracy in America*. Indianapolis: Liberty Fund, Inc..
- Von Neumann, J. & Morgenstern, O., 1953. *Theory of Games and Economic Behavior*. 3rd ed. Princeton: Princeton University Press.
- Waltz, K., 2001. *Man the State and War: a theoretical analysis*. Kindle ed. Columbia: Columbia University Press.
- Waltz, K. N., 2011. *Teoria das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Wendt, A., 1992. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, Spring, pp. 391-425.
- Wendt, A., 1999. *Social Theory of International Politics*. 1ª ed. New York: Cambridge University Press.
- Winter, D. G., 2003. Personality and Political Behavior. Em: D. Sears, L. Huddy & R. Jervis, edits. *Oxford Handbook of Political Psychology*. New York: Oxford University Press, pp. 110-145.
- Wolfers, A., 1962. *Discord and Collaboration - Essays on International Politics*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.

Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G., 1998. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília.

Brooker, P., 2009. *Non-Democratic Regimes*. 2ª ed. New York: Palgrave MacMillan.

Brooks, R. A., 2007. Civil-Military Relations and Military Effectiveness: Egypt in the 1967 and 1973 Wars. Em: R. A. Brooks & E. A. Stanley, edits. *Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press, pp. 106-135.

Bueno de Mesquita, B., 1981. *The war trap*. New Haven: University of Michigan Press.

Bueno de Mesquita, B. & Smith, A., 2011. *The dictator's handbook - Why bad behavior is almost always good politics*. Kindle ed. New York: Public Affairs.

Bueno de Mesquita, B., Smith, A., Siverson, R. M. & Morrow, J. D., 2003. The logic of political survival. 1ª ed. Massachusetts: The MIT Press.

Carvalho, M. P. d., 2010. Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais. 3ª ed. Lisboa: Quid Juris? - Sociedade Editora, Lda.

Cashman, G., 2014. What Causes War - An Introduction to Theories of International Conflict. 2ª ed. Lanham: Rowman & Littlefield.

Derrick, M., 1939. The Portugal of Salazar. New York: Campton Books, Ltd.

Finer, S. E., 1967. The Man on Horseback - The Tole of Military in Politics. London: Pall Mall Press Limited.

Hagan, J. D., 2001. Does Decision Making Matter? Systemic Assumptions vs. Historical Reality in International Relations Theory. *International Studies Review*, Vol. 3(Leaders, Groups, and Coalitions:Understanding the People and Processes in Foreign Policymaking), pp. 5-46.

Hermann, M. G., 2001. How Decision Units Shape Foreign Policy: a theoretical framework. *International Studies Review*, Vol. 3(Leaders, Groups, and Coalitions:Understanding the People and Processes in Foreign Policymaking), pp. 47-82.

Hermann, M. G., Preston, T., Korany, B. & Shaw, T. M., 2001. Who Leads Matters: The Effects of Powerful Individuals. *International Studies Review*, Vol. 3(Leaders, Groups, and Coalitions:Understanding the People and Processes in Foreign Policymaking), pp. 83-131.

Hood, C. C. & Margetts, H. Z., 2007. The tools of government in the digital age. London: Palgrave Macmillan.

Hudson, V. H., 2014. Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory. Lanham: Rowman & Littlefield.

Huntington, S. P., 1985. The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations. Cambridge: Harvard University Press.

Janowitz, M., 1960. The Professional Soldier: A Social and Political Portrait. New York: Free Press.

Jervis, R., 1976. Perception and misperception in international politics. New Jersey: Princeton University Press.

Kahneman, D. & Tversky, A., 1974. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. Science, Vol. 185(Nº 4157), pp. 1124-1131.

Kahneman, D. & Tversky, A., 1979. Prospect Theory: an Analysis of Decision Under Risk. Econometria, Volume 47, Nº2, pp. 263-292.

Kahneman, D. & Tversky, A., 1981. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. Science, 211(4481), pp. 453-458.

Linz, J. J., 2000. Totalitarian and Authoritarian Regimes. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Lucena, M. d., 1976. A evolução do sistema corporativo português (Vol. I - O salazarismo). Lisboa: Perspectivas & Realidades.

McGraw, K. M., 2006. Why and How Psychology Matters. Em: R. E. Goodin & C. Tilly, edits. The Oxford Handbook of Political Contextual Analysis. New York: Oxford University Press, pp. 131-156.

Mearsheimer, J. J., 2001. The Tragedy of Great Power Politics. 1ª ed. New York: Norton.

Mesquita, B. B. d., Smith, A., Siverson, R. M. & Morrow, J. D., 2003. The Logic of political survival. Cambridge: The MIT Press.

Mintz, A. & DeRouen, K., 2010. Understanding Foreign Policy Decision Making. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press.

Morgenthau, H. J., 1978. Politics among Nations - the struggle for power and peace. 5ª ed. New York: Alfred A. Knopf.

Nye, J. S., 2011. Compreender os conflitos internacionais - uma introdução à teoria e à história. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

Payne, S. G., 1980. Fascism - Comparison and Definition. Madison: The University of Wisconsin Press.

Perlmutter, A., 1977. *The Military and Politics in Modern Times*. New York: The Vail-Ballou Press.

Pinto, A. C., 1996. *Salazar's dictatorship and European fascism: Problems of interpretation*. New York: Social Science Monographs.

Pinto, A. C., 2002. Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo. *Penélope*, Volume Nº26, pp. 161-186.

Rousseau, J.-J., 2010. *O Contrato Social*. Oeiras: Editorial Presença, Lda.

Serra, J. B. & Matos, L. S. d., 1982. Intervenções militares na vida política. *Análise Social*, Volume XVIII, pp. 1165-1195.

Simon, H., 1997. *Administrative Behaviour: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organizations*. 4ª ed. New York: The Free Press.

Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B., 1954. *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*, Princeton: Princeton University.

Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B., 1969. *The Decision-Making Approach to the Study of International Politics. Em: Decision-making and Decision-Makers*. New York: Free Press, pp. 199-206.

Stoessinger, J. G., 2011. *Why Nations Go to War*. 11ª ed. Boston: Wadsworth, Cengage Learning.

Tocqueville, A. d., 2010. *Democracy in America*. Indianapolis: Liberty Fund, Inc..

Von Neumann, J. & Morgenstern, O., 1953. *Theory of Games and Economic Behavior*. 3rd ed. Princeton: Princeton University Press.

Waltz, K., 2001. *Man the State and War: a theoretical analysis*. Kindle ed. Columbia: Columbia University Press.

Waltz, K. N., 2011. *Teoria das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

Wendt, A., 1992. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, Spring, pp. 391-425.

Wendt, A., 1999. *Social Theory of International Politics*. 1ª ed. New York: Cambridge University Press.

Winter, D. G., 2003. *Personality and Political Behavior*. Em: D. Sears, L. Huddy & R. Jervis, edits. *Oxford Handbook of Political Psychology*. New York: Oxford University Press, pp. 110-145.

Wolfers, A., 1962. *Discord and Colaboration - Essays on International Politics*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.